

-----**ACTA NÚMERO 44/2008**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,  
REALIZADA EM QUATRO DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E  
OITO.**-----

-----Aos quatro dias do mês de Dezembro do ano dois mil e oito, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Vice-Presidente Dr. Bruno Miguel Camacho Pereira e presença dos Senhores Vereadores: Dr. Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, Eng. Henrique Miguel de Figueiredo da Silva da Costa Neves, Eng. João José Nascimento Rodrigues, Dr. Miguel Duarte Alves Freitas, Dra. Rubina Maria Leal Vargas, Dr. Rui Ricardo Gomes Vieira, Dra. Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino, Dr. Quinídio Major Pinto Correia e Eng. Dírio Leão dos Ramos. Presente como Secretário o Dr. Ilídio Américo Silva, Director do Departamento de Concursos e Notariado.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião.-----

**AUSÊNCIAS:** - Verificou-se não estar presente o Senhor Presidente, Dr. Miguel Filipe Machado de Albuquerque, considerando-se justificada a respectiva falta.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

**APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - Foi dispensada a leitura da acta da reunião anterior a qual, previamente

distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

**INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO:** - A Sra. Vereadora do PS, Isabel Sena Lino, no uso da palavra, quis saber como estava o “Civitas”, e se houve reuniões relativas à sua implementação. -----

-----A terminar a sua intervenção dissertou sobre o programa “ADIS” que apenas tem aplicação no território nacional, excluindo por isso as Regiões Autónomas.-----

----- - O Sr. Vice-Presidente, Bruno Pereira, interveio referindo-se ao “Civitas”. Esclareceu que foram feitas algumas reuniões, com a participação dos representantes dos municípios, e também do Sr. Secretário da Educação, onde foram apresentados os objectivos. O programa desenvolve-se até 2011 com a autarquia do Funchal a investir um montante superior a 1 milhão de Euros. O projecto está aprovado.-----

----- - O Sr. Vereador do CDS/PP, Ricardo Vieira, tomou a palavra para dizer que o problema da construção clandestina que alastra no Funchal não tem a mesma génese do “ADIS”. Seria bom que se conseguisse legalizar muitas das habitações construídas e porque gostaria de contribuir para isso trabalhará nesse sentido, fazendo a si próprio esse desafio. -----

**Assuntos Diversos:** - Foram apreciados e votados os assuntos seguintes que não foram incluídos na Ordem do Dia.-----

**PROPOSTA DA VEREAÇÃO/PS – Compromisso Público para a Transparência do Município do Funchal:** - Considerando que a

sociedade exige dos autarcas compromissos mais fortes com a ética e com a transparência, e que no ano dois mil e nove haverá lugar a eleições autárquicas, a Sra. Vereadora Isabel Sena Lino, do PS, apresentou uma proposta que tem por objectivo a transparência dos autarcas, nomeadamente na gestão dos subsídios que são atribuídos pelo Município do Funchal.-----

--- - Foi deliberado remeter a proposta ao Departamento Jurídico para parecer.-----

**VOTO DE RECONHECIMENTO – Bola de Ouro da Revista “France Football”:** - A Câmara aprovou, por unanimidade, o seguinte voto de reconhecimento: “O Futebolista Cristiano Ronaldo, ilustre cidadão da nossa Cidade, foi recentemente galardoado com a “Bola de Ouro” da prestigiada revista “France Football”. É o terceiro português depois de Eusébio em 1965 e Figo no ano 2000 a receber esta distinção. Neste sentido é uma grande honra para a Cidade do Funchal que, aos 23 anos, Cristiano Ronaldo, que aqui nasceu e viveu, tenha alcançado este alto galardão, levando o nome da nossa Cidade a todo o mundo. A Câmara Municipal do Funchal presta-lhe por isso a sua justa homenagem”.-----

**CONCURSO “PRESÉPIO ECOLÓGICO” – Aditamento:** - Relativamente ao assunto mencionado em título, e na sequência da deliberação de trinta de Outubro findo, a Câmara deliberou, por unanimidade, em função do exposto na informação da Divisão de Educação (refª I-30926/EDU/2008), aprovar a criação da categoria

“Instituições do Ensino Especial”, passando o valor dos prémios a atribuir para mil trezentos e setenta e cinco euros.-----

**MERCADOS E FEIRAS:**-----

----- - **Horário de funcionamento dos Mercados Municipais na Quadra de Natal:** - Por proposta da Divisão de Mercados (refª I – 6098/08), a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o horário de funcionamento dos Mercados Municipais para Quadra de Natal, conforme se indica:-----

---**Mercado dos Lavradores** - Dia vinte dois (Segunda-feira) - Abertura – oito horas, Encerramento – vinte duas horas; Dia vinte três (Terça-feira) – Abertura – oito horas, Encerramento – duas horas; Dia vinte quatro (Quarta-feira) – Abertura – oito horas, Encerramento – doze horas; Dia vinte cinco (Quinta-feira) – Encerrado; Dia vinte seis (Sexta-feira) – Encerrado; Dia vinte sete (Sábado) – Abertura – oito horas, Encerramento – catorze horas; Dia vinte oito (Domingo) – Encerrado; Dia vinte nove (Segunda-feira) – Abertura – oito horas, Encerramento - dezanove horas; Dia trinta (Terça-feira) – Abertura – oito horas, Encerramento – dezanove horas; Dia trinta e um (Quarta-feira) – Abertura – oito horas, Encerramento – catorze horas; Dia um (Quinta-feira) – Encerrado; Dia dois (Sexta-feira) – Abertura – oito horas, Encerramento – vinte horas.-----

---**Mercado da Penteada** – Dia vinte dois (Segunda-feira) – Abertura – oito horas, Encerramento – vinte horas; Dia vinte três (Terça-feira) – Abertura – oito horas, Encerramento – vinte quatro

horas; Dia vinte quatro (Quarta-feira) – Abertura – oito horas, Encerramento – doze horas; Dia vinte cinco (Quinta-feira) – Encerrado; Dia vinte seis (Sexta-feira) – Encerrado; Dia vinte sete (Sábado) – Abertura – oito horas, Encerramento – dezanove horas; Dia vinte oito (Domingo) – Encerrado; Dia vinte nove (Segunda-feira) – Abertura – oito horas, Encerramento – vinte horas; Dia trinta (Terça-feira) – Abertura – oito horas, Encerramento – vinte horas; Dia trinta e um (Quarta-feira) – Abertura – oito horas, Encerramento – treze horas; Dia um (Quinta-feira) – Encerrado; Dia dois (Sexta-feira) – Abertura – oito horas, Encerramento – vinte horas.-----

----- - **Venda de produtos horto-frutícolas na Quadra de Natal – arrematação de espaços:** - A Câmara teve presente, acompanhada da proposta de Edital, uma informação da Divisão de Mercados para a arrematação dos locais de venda de produtos horto-frutícolas, junto ao Mercado dos Lavradores, na Quadra de Natal, a ter lugar no dia dezoito de Dezembro corrente, tendo por unanimidade aprovado.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

**1 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2009:** -

----- - **Proposta de Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2009:** - Dada a palavra ao Sr. Vereador do PSD, Pedro Calado, com o Pelouro das Finanças, para

apresentação do Orçamento para 2009, este traçou os principais objectivos, referindo-se depois, mais especificamente, às respectivas rubricas orçamentais.-----

---No que respeita à despesa corrente, disse que mantém o princípio de serem financiadas pelas receitas correntes, sabendo-se que a despesa corrente vale 47% do Orçamento. Realçou que há grande contenção nesta rubrica, sabendo-se que a aquisição de água e o custo do lixo no destino final têm aumentado bastante. Para exemplo, referiu que nos últimos três anos só o pagamento à Valor Ambiente aumentou 15%.-----

---Em valor total o Orçamento é reduzido em 4% em relação ao anterior. Salientou que “o importante é termos um Orçamento que tenha uma execução real abstendo-se de influenciar os seus valores”. -----

---Continuou realçando que: “Temos um orçamento de investimento de 72 milhões com o início do novo quadro comunitário, mas só poderemos considerar este montante depois de aprovados os investimentos. Até lá seguindo uma politica de rigor o nosso Orçamento de investimento é de 59 milhões. Nas despesas vamos continuar a cortar em tudo o que for possível e depender de nós, sabendo-se que nada poderemos fazer nos contratos das águas e dos lixos. A despesa corrente diminuirá 6,8%. Os custos com o pessoal aumentarão apenas 0,5% mesmo considerando os aumentos salariais, o que pressupõe que reduziremos as horas extraordinárias ao estritamente necessário.

Manteremos os mesmos apoios às Empresas Municipais em € 200, mil para cada. Para o Funchal 500 Anos, porque o ano contabilístico fecha em Maio/2009, canalizaremos uma verba aproximadamente de 1/3 do valor relativamente ao ano 2008. Vamos também apoiar as juntas de freguesia como sempre temos feito, financeiramente e com materiais, transferindo um montante igual ao que recebem do Orçamento de Estado. Por força dos investimento nas obras públicas vamos aumentar o endividamento em 6,9 milhões, mas manteremos uma capacidade de endividamento de 3,8 milhões. Na rubrica – empréstimos bancários o crescimento deve-se em grande parte ao “programa pagar a tempo e horas” a que nos candidatamos por termos capacidade de endividamento, e fomos mesmo das poucas autarquias a nível nacional a concluir este processo, estando os empréstimos no montante de 10 milhões concluídos com Visto do Tribunal de Contas, o que quer dizer que poderemos começar os pagamentos. No que respeita às receitas próprias foram previstos 73 milhões representando 64% do Orçamento, o que nos permite fazer uma gestão própria por força dessa autonomia financeira. O nosso Plano Plurianual de Investimentos representa um esforço financeiro de 60% estando dependente apenas em 20% de receitas consignadas. Já o Orçamento de Estado tem hoje como expressão 11% e o POPRAM 8%. Cada vez mais dependemos da nossa capacidade de gerar receitas.”-----

----- - Tomando a palavra, o Sr. Vereador do PS, Miguel Freitas,

reconheceu que há um esforço de organização e trabalho em função dos munícipes e uma preocupação de contenção orçamental.-----

---Depois, questionou o Sr. Vereador Pedro Calado, do PSD, sobre algumas opções de investimento remetendo para a declaração de voto do PS a sua posição final, documento que, adiante, é reproduzido na íntegra. -----

----- - O Sr. Vereador da CDU, Dário Ramos, subscreveu as palavras do PS no que respeita ao trabalho e valia técnica do Orçamento. -----

---Da apresentação do orçamento, acabada de fazer, tem algumas dúvidas que pretendeu esclarecer, tais como:-----

---“O investimento público na Praia Formosa apresenta-se exagerado. Não se percebe o porquê de ser a Câmara a fazer esses investimentos quando não se conhece nenhum investimento do Governo Regional;-----

---Também a Estrada Monumental receberá elevadas verbas. Nos investimentos o Orçamento refere-se à utilização sustentável de energias renováveis e “USER”. Perguntou em que consiste estes programas; -----

---Em relação ao PDM que está atrasado dois anos e prevê-se a sua aprovação para daqui a outros dois anos, questionou então quando teremos um novo PDM; -----

---Para o Mercado existem muitas rubricas, mas parece faltar um objectivo; -----

---Lembrou também que a Travessa do Poço, ao contrário do que foi assumido, não irá começar este ano.”-----

----- - Respondendo o Sr. Vereador do PSD, Pedro Calado, disse que o investimento nas energias renováveis é um projecto financiado em 2,3 milhões de Euros, a que nos candidatamos, que decorrerá até 2013 e tem por objectivo o aquecimento de águas, nomeadamente nos Complexos Balneares e Bombeiros entre outros. Se verificarmos no Orçamento está como “a definir” por estar a aguardar aprovação comunitária. Relativamente ao “USER” é também um projecto comunitário dirigido às comunicações rádio, explicou.-----

----- - No que respeita ao PDM o Sr. Vereador do PSD, João Rodrigues, esclareceu que em função das estatísticas nenhum município elabora um PDM em quatro anos. Por outro lado, a revisão ao PDM não está atrasada. Há muito trabalho desenvolvido e será feita a revisão a seu tempo. -----

----- - Tomando a palavra, o Sr. Vice-Presidente, Bruno Pereira, e sobre este assunto, lembrou que só podíamos avançar depois de nomeada a Comissão de Acompanhamento pelo Governo Regional.-

---Continuando disse que o Plano Plurianual de Investimentos prevê investimentos e endividamento que não são necessariamente todos para este ano. Os 2,5 milhões para a Estrada Monumental são na realidade investimentos na freguesia de São Martinho, funcionando a Estrada Monumental como “By pass” e não investimento directo.-----

---Terminou dizendo, em relação à Travessa do Poço, que esta está pronta para as obras se iniciarem, pois está adjudicada e com contrato celebrado e visado. Explicou que na execução de obras por vezes surgem problemas alheios à Câmara que têm a ver com as cedências dos terrenos para as estradas. Basta um dos municipais não dar o seu acordo quando as obras se vão iniciar, mesmo que antes estivesse de acordo, para que esta fique parada. Contudo, disse que da parte da Câmara estava tudo pronto e que só a vinha prejudicar o seu não início, porque iria ter de pagar Revisões de Preços. -----

---Concluindo, referiu-se ao Mercado dizendo que a Inspeção das Actividades Económicas inspeccionou o Mercado, designadamente na parte da Higiene. É necessário manter esse requisito, indispensável nos dias de hoje, mas não podemos fazer do Mercado um local estilizado. Terá de ser um lugar genuíno, não artificial, onde podemos pegar na fruta antes de a comprar. O Mercado tem metade do trabalho feito, vamos instalar vigilância por vídeo, construir novos WC públicos, e nos novos contratos ser mais exigentes.-----

----- - Tomando a palavra, o Sr. Vereador do CDS/PP, Ricardo Vieira, começou por saudar esta Vereação em três pontos: A necessidade de apresentar um Orçamento equilibrado; a transparência do Orçamento, porque acima de tudo os Orçamentos têm que ser transparentes, acima da promoção política, realçando que é a primeira Vereação que assume essa transparência, fazendo

um Orçamento que corresponde à realidade em vez de o empolar, sendo o terceiro ponto, a preocupação com o endividamento e o passivo.-----

---Quanto às críticas, disse que cada vez mais a Câmara é autónoma financeiramente e isso é bom. Entende que deveria haver um quadro sobre as transferências do GR para a Câmara. É irrisório o peso do GR nas transferências, sabendo-se o que fazem os municípios pela Região, deveriam ser compensadas e não o são. A Câmara do Funchal com 50% da população deveria merecer outra atenção. -----

---No domínio dos empréstimos é preciso saber para onde vai esse investimento. Não lhe parece que a Praia Formosa tenha de levar a maior parte. O grande investimento da Autarquia vai para a Praia Formosa pelo que fica a dúvida sobre o Orçamento Social. Referiu que falar em investimento social na Praia Formosa parece incorrecto. O investimento ali é, em sua opinião, um investimento a repensar, conclusão que retirou após explicação de motivos.-----

---A terminar disse que algumas receitas orçamentais apresentam-se duvidosas.-----

--- - Após discussão, foram os Documentos colocados à votação tendo a Câmara deliberado, por maioria do PSD, votos contra do PS e CDU e abstenção do CDS/PP, aprovar a Proposta de Orçamento e Plano Plurianual de Investimento para o ano dois mil e nove, e submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do número dois do artigo sessenta e quatro e da alínea b) do

número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro. A proposta de Orçamento totaliza o valor de € 114.800.000,00 (cento e catorze milhões e oitocentos mil euros), repartido por: receitas correntes - € 83.024.601,00 (oitenta e três milhões vinte quatro mil seiscientos e um euros) e receitas de capital - € 31.775.399,00 (trinta e um milhões setecentos e setenta e cinco mil trezentos e noventa e nove euros); despesas correntes - € 54.897.600,00 (cinquenta e quatro milhões oitocentos e noventa e sete mil e seiscientos euros) e despesas de capital € 59.902.400,00 (cinquenta e nove milhões novecentos e dois mil e quatrocentos euros). Os referidos documentos ficarão, por fotocópia arquivados em pasta própria.-----

-----***Declaração de Voto do PS:*** “O orçamento para o ano de 2009 é o quarto a ser produzido pela vereação do PSD, eleita nas últimas eleições autárquicas. A equipa de vereadores do PS volta a fazer à semelhança dos anos anteriores, um ponto de situação credível sobre a linha orientadora da maioria na CMF. Uma proposta desta natureza deveria seguir e ainda reflectir as linhas de orientação do passado e dos próximos anos e, sobretudo, marcar e analisar o caminho percorrido e por percorrer para a obtenção de objectivos traçados. Na verdade, o orçamento volta a traduzir no essencial, um conjunto de opções novamente de carácter político, para ano de eleições, e técnico que nos podem indicar se estamos perante uma

linha de continuidade com as práticas e estratégias anteriores, ou se estamos perante um esforço claro de mudança, abordagem que defendemos de forma incondicional, face ao estado da cidade e da própria autarquia. Estas, aliás, já foram uma preocupação nossa na análise das propostas de orçamento de 2006, 2007 e 2008, mas após três anos de governação e depois de termos sublinhado a nossa discordância de fundo sobre determinadas opções de gestão, que voltamos a repetir, que ocorreram ao longo do passado ano, estamos perante quase a perda do momento, que deveria ser chave, onde este PSD da CMF deveria demonstrar que o que disse queria fazer é na realidade o que fez...As nossas expectativas eram, são e continuam a ser claras: gostaríamos que este orçamento traduzisse num maior rigor técnico, uma gestão da cidade onde o progresso económico, a justiça social e o equilíbrio ambiental estivessem em perfeita sintonia; gostaríamos que este orçamento desse sinais inequívocos de uma outra maneira de interpretar a gestão autárquica: com rigor e transparência, objectivos claros, ambição, estratégias de longo prazo bem definidas, planeamento e prioridades mais adequadas ao contexto do Funchal. Infelizmente uma vez mais e ao fim do quarto documento a que tivemos acesso volta a não cumprir o essencial das nossas preocupações. Julgamos estar perante um novo mau orçamento. Para o orçamento de 2007 e 2008 tínhamos alertado os vereadores em funções na CMF para os seguintes itens: -----  
- Administração autárquica com enfoque na reorganização dos

serviços; -----

- A gestão dos recursos financeiros com especial atenção ao endividamento; -----
- As questões de planeamento urbanístico, com acento tónico no centro histórico, nas zonas altas e nas zonas de expansão; -----
- As questões de segurança, que se têm agravado a cada ano que passa; -----
- As matérias sociais em particular os equipamentos de apoio à família e a habitação social.-----

---A actuação nestas áreas implicava uma estratégia clara e com objectivos concretos. A equipa do PS que apresentou propostas concretas ao longo do ano 2006, 2007 e 2008 que, infelizmente, voltaram a não ter nenhum acolhimento da maioria PSD. Apenas foram feitas algumas operações de cosmética para tapar buracos outrora fomentados e cultivados. -----

---Da análise do Orçamento de 2009 resulta as seguintes apreciações:-----

**Receitas** - No quadro das receitas correntes os valores apresentados merecem os seguintes comentários: a) Verifica-se um aumento de 33.24% do orçamento de 2005 para 2009 no que respeita a impostos directos, com particular atenção ao IMI, aumento de 45,49 % e do IMT com um aumento de 26,07%, para o mesmo período. Esta circunstância contradiz de forma categórica o discurso de contribuir para a diminuição do esforço fiscal das famílias do Funchal, veiculado pelo PSD. Na verdade, apenas o PS

voltou a votar contra a proposta do PSD de manutenção das taxas de IMI no Funchal. A proposta foi recusada e este orçamento traduz uma opção do PSD em manter a carga fiscal a um nível significativamente elevado. Elevado ao ponto de agravar cada vez mais os níveis mínimos de subserviência das famílias. b) O peso dos impostos directos nas receitas correntes subiu mais de 1,5 % face ao orçamento de 2005 para 2009. Isto demonstra novamente o peso que este orçamento faz recair sobre as famílias, ou será que a CMF tem dados não esclarecidos de mais famílias a contribuir para o mesmo imposto. c) Os impostos indirectos, apesar de terem um ligeiro aumento, ainda assim assumem uma expressão elevada designadamente no que respeita à ocupação da via pública.-----

---No que diz respeito às receitas de capital, os comentários são os seguintes: a) O peso das receitas de capital nas receitas totais têm diminuindo ao longo dos anos passando de 50,1% em 2005 para 45% em 2006, passando para 2009 a representar apenas 27,68 % num panorama em que o total da receita total é inferior ao ano transacto em 5.265.248 euros, muito aproximado ao decréscimo do ano anterior. b) Verificando-se uma diminuição dos passivos financeiros, esperemos que as previsões venham a se confirmar.----

**Despesas** - Continuamos a entender que o problema da gestão autárquica do Funchal não está no plano das receitas. Quem procura transmitir esta ideia tentar dar uma imagem distorcida da realidade, e que pôr flores plásticas num vaso de barro, consegue transformar uma meia verdade numa verdade absoluta e num

instrumento de política junto dos cidadãos. Neste contexto, consideramos essencial que um orçamento da natureza do documento que está em análise, reflecta um traço de contenção inequívoco das despesas correntes, assente em pressupostos sólidos. A nossa proposta continua a ser clara: é e seria, o que cada vez achamos mais uma missão impossível, reduzir a despesa corrente em cerca de 25%, nos 4 anos de governação autárquica. Como sabemos, e já sublinhamos antes, esta vereação do PSD perdeu e continua a perder a oportunidade com a proposta de orçamento de 2006, 2007, 2008 e 2009 de ajustar as despesas correntes para valores realistas com a execução de receitas e o seu endividamento do passado. Assim, a proposta da ligeira diminuição das despesas correntes, apresentada no Orçamento de 2009, demonstra a falta de instrumentos de gestão adequada a uma Câmara Municipal e solucionar os seus problemas e atirá-los para anos posteriores. Para os orçamentos dos anos anteriores apresentamos algumas soluções, que não seriam de difícil implementação caso houvesse interesse em não deixar uma pesada herança a quem um dia pegar os destinos de uma Câmara tecnicamente falida. Por isso voltamos a relembrar os itens onde se poderiam poupar: Redução da aquisição de serviços. Como? -----  
---Aquisição de bens - Nesta matéria é preciso duas condições: vontade e implementação de procedimentos adequados. Quanto à vontade pouco podemos fazer, já no que respeita aos procedimentos propomos a implementação de uma bolsa de

fornecedores para estabelecer contratos de longo prazo assumindo pagamentos em tempo adequado e um combate implacável aos desperdícios, para os seguintes bens: Limpeza e Higiene; Material de Escritório; Vestuário e artigos pessoais; Mat. Transporte e Peças; Outro material; Outros bens. Não seria difícil implementar um controlo mais adequado e rigoroso de forma a se poupar uma boa percentagem para diminuir a despesa.-----

---Aquisição de serviços - Neste caso propomos as mesmas duas abordagens que a observação empírica aconselha: fim de contratos de serviços que podem e devem ser assumidos internamente, até porque o quadro de pessoal continua a o permitir e redução das facturas relativas a outros “outsorcings. Assim, a Limpeza e Higiene assim como a Vigilância e Segurança propomos que seja efectuada internamente. Com este procedimento a CMF poupa várias centenas de milhares de euros. Propomos também uma redução da factura das seguintes aquisições: Conservação de bens (25%); Comunicações (25%); Representação de serviços (25%); Outros trabalhos especializados (25%); Outros serviços (50%). Esta abordagem permite poupar outras centenas de milhares de euros. Esta abordagem implica um esforço para reorganizar os serviços, e para implementar, por essa via uma renovada e adequada política de emprego na CMF. Só desta forma é possível que a despesa com pessoal possa ser encarada como um activo da CMF, fazendo aumentar a produtividade e melhorar a prestação de serviços ao município. Propomos então o seguinte: 1. Análise e auditoria ao

perfil dos trabalhadores da CMF para conhecer de forma profunda: a sua situação profissional, as suas competências, o seu contributo para a autarquia, as lacunas de formação, as motivações. Enfim uma abordagem séria e definitiva da massa critica na CMF. Deve também ser conhecida aqueles que estão em licença sem vencimento e os que estão totalmente desintegrados em termos operacionais. 2. Análise e diagnóstico das necessidades operacionais da CMF no sentido de entender como racionalizar o contributo das pessoas da CMF, definindo de forma clara o que deve ser "outsourcing" e o que pode ser feito com a mesma qualidade e eficácia pelos serviços da CMF. 3. Implementação de uma política de formação séria e eficaz, de acordo com os diagnósticos efectuados; 4. Introdução da reforma orgânica da CMF (proposta já apresentada em Março de 2007) com a introdução das alterações decorrentes da análise de pessoas e necessidades; 5. Introdução de uma política adequada de avaliação de desempenho de forma a definir objectivos claros para todos os trabalhadores da CMF.-----

---As despesas de capital diminuíram, face a 2005, 2006, 2007 e a 2008, relevando fragilidades, apesar do crescimento das receitas até 2008. Os passivos financeiros mantêm o seu nível crescente (2 850 000, 3 454 400, 5 394 400, 5 879 400 e 6 956 900; respectivamente 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009)-----

**Investimento** - Verifica-se, mais uma vez, um rol de investimentos sem articulação e sem uma correspondência adequada a uma estratégia da CMF face ao desafio da sustentabilidade. Assim, face

ao exposto, este orçamento não justifica o nosso voto favorável na medida em que não cumpre o essencial das nossas preocupações. Não apresenta um traço reformador, uma linha orientadora que permita catapultar a cidade do Funchal para um patamar de modernidade que todos desejamos.-----

--- - Desta forma votamos contra os documentos apresentados.”----

**2 – PROPOSTAS DA VEREAÇÃO/CDU:** - Presentes Propostas de Resolução apresentadas pela CDU, que abaixo se transcrevem:-----

----- - **“Elaboração do Livro Verde para a análise da ocupação irregular da orla costeira do Funchal e que permita a análise da expansão do concelho:**

Nos tempos que correm, todo e qualquer território tem de se submeter a planos e regras para o seu ordenamento espacial. E isso ganha especial relevo na Região Autónoma da Madeira, onde se torna particularmente obrigatório um cuidado quase milimétrico no ordenamento territorial, pois o espaço é pequeno e, por isso, exige toda a reflexão no seu aproveitamento e utilização, por forma a que não entrem em colisão as esferas do particular com o comunitário. O concelho do Funchal não escapa a esta necessidade de aplicação e observação de rigorosas regras de ordenamento. E, para isso, existem diversas ferramentas para auxiliar nestas tarefas. Contudo, tem-se observado algum desrespeito pelas normas de ordenamento do território. Só para citar um exemplo, podemos apontar a questão dos hotéis edificadas na Praia Formosa, construídos antes do Plano de Ordenamento Turístico, mas que contrariam de forma óbvia o

Plano Director Municipal do Funchal. Assistiu-se, na prática, ao favorecimento a um grupo hoteleiro, e esse favorecimento está a permitir a expansão dessa entidade para a zona do Lido, cortando, praticamente, o acesso ao mar. Há indícios de prosseguir esta ocupação indevida desde a Praia Formosa para oeste, até à foz da Ribeira dos Socorridos, e na zona lesta da cidade, da área do Toco até São Gonçalo. Assim, o Vereador da CDU propõe que a Câmara Municipal do Funchal delibere no sentido da elaboração de um “Livro Verde para análise da ocupação irregular da orla costeira do Funchal e que permita a análise da expansão do concelho”, no âmbito do qual se proceda ao que se poderá designar pelo “levantamento da cidade”, com a caracterização das situações e a sua compatibilidade com o PDM, e que se possa tornar numa ferramenta de apoio ao próximo PDM, ajudando a prever medidas correctivas e cautelares, blindando esse mesmo futuro PDM de modo a salvaguardar a ocupação e utilização das zonas estratégicas e de interesse superior para a cidade e para os seus habitantes, como é o caso do litoral”.-----

----- - O Sr. Vereador da CDU, Dírrio Ramos, na apresentação da sua proposta acima descrita, disse que se pretende um diagnostico da situação, analisando o passado, para não se repetirem os mesmos erros. Foram construídos na Praia Formosa dois hotéis. Pretende-se analisar para bloquear novas situações. A nossa principal preocupação é o que poderá vir a acontecer entre a Praia Formosa e os Socorridos, concluiu. -----

----- - A Sra. Vereadora do PS, Isabel Sena Lino, pediu a palavra para referir, que primeiro deveríamos saber quem manda na Orla Costeira. Pode ser pertinente, mas antes deveria haver uma análise jurídica à proposta.-----

----- - O Sr. Vereador do CDS/PP, Ricardo Vieira, também pediu a palavra, para considerar, curiosa a figura jurídica do “Domínio Público Marítimo” que ainda existe talvez mais por razões histórica e militar, e que hoje são poucos os Países que a mantêm. O Domínio Público Marítimo é de competência nacional pelo que não faz sentido analisar um documento que a Autarquia não tem competência para o executar. Referiu-se ainda a um estudo do Prof. Orlando Ribeiro que concluiu que a Madeira em todo o seu território apenas tem 10% de acessibilidades ao mar e por isso não pode ter as mesmas restrições da plataforma continental.-----

----- - O Sr. Vice-Presidente, Bruno Pereira, interveio dizendo que os dois hotéis foram construídos antes do actual PDM. Com os Planos Directores em vigor devem ser por eles regulamentados. É na discussão do PDM que estes assuntos devem ser tratados, disse.-----

--- - Colocada à votação, foi reprovada por maioria, com abstenção do PS.-----

----- - **“Delimitação e definição das Áreas Urbanas de Génese Ilegal no concelho do Funchal:** - A carência de habitação social que se faz sentir nas últimas décadas na Região e, em particular, no concelho do Funchal, aliada à dificuldade das autarquias e do

Governo Regional em fazer face à procura de habitação, impeliram as populações para a auto-construção, levando assim ao aparecimento das áreas de habitação de génese ilegal, mais vulgarmente designadas como “clandestinas”. O défice habitacional, associado à capacidade manifestada em criar estruturas urbanas capazes de corresponder ao fenómeno da deslocação das populações, conduziu a uma situação com proporções preocupantes e consequências bem conhecidas no plano individual, familiar e social, resultando na marginalização de quem habita tais localidades. De facto, os termos “ilegal” e “clandestino” actuam como que um ferrete promotor de exclusão, criando uma cidade à margem da cidade, uma realidade paralela, mas de todos bem conhecida. Tendo sido obrigados a recorrer à auto-construção, sem as devidas regras de segurança, para além das dificuldades de ordem económica que levam à construção de moradias desprovidas de requisitos urbanísticos e outros, estes moradores têm que se confrontar com a orografia do terreno, a ausência de redes de saneamento básico, de vias de acesso condignas e estruturas sócio-culturais. Não existe ordenamento nestas zonas. Para fazer face a este problema social, é indispensável caracterizá-lo, delimitá-lo de uma forma rigorosa, para, a partir daí, proceder-se aos estudos necessários com vista à recuperação das mesmas. Assim, o Vereador da CDU propõe que a Câmara Municipal do Funchal delibere no sentido da delimitação e caracterização das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, com vista a

uma posterior recuperação, sendo que, para tal, deverá solicitar o apoio das entidades do Governo Regional com competências nesta área”.-----

--- - Colocada à votação foi reprovada por maioria, com abstenção do PS.-----

**3 – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO:** - (O processo agendado sob o número 404 foi retirado, ficando com o Sr. Vereador João Rodrigues).-----

---Nesta altura o Sr. Vereador Ricardo Vieira, do CDS/PP, saiu da sala.-----

**4 – PESSOAL:**-----

----- - **Mapa de Pessoal da Câmara Municipal do Funchal:** -

Foi aprovada, por unanimidade, a proposta de Mapa de Pessoal da Câmara Municipal do Funchal, do seguinte teor:-----

---“De acordo com o disposto nos números um e três do artigo quinto da Lei número doze-A/dois mil e oito, de vinte sete de Fevereiro, e na alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, a Câmara delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal a seguinte proposta de Mapa de Pessoal da Câmara Municipal do Funchal para o ano de dois mil e nove”. O referido Mapa fica, por fotocópia, a fazer parte desta acta como anexo (A).-----

**5 – ACIDENTES NA VIA PÚBLICA/INDEMNIZAÇÃO:** - Face ao

respectivo processo (DPJC-211/08), a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a indemnização solicitada por Laura Cristina Câmara Vieira, pelos estragos causados na sua viatura devido à queda de um ramo sobre a mesma junto ao Bairro da Nazaré.-----

**6 - DIVERSOS:**-----

----- - **Concessão de um espaço no Edifício 2000:** -

Acompanhado do respectivo processo foi presente a acta de análise de propostas para a “Concessão de um Espaço no Edifício 2000”, tendo a Câmara deliberado, por unanimidade, de acordo com a mesma, adjudicar à Empresa Escola Profissional Atlântico, Limitada.-----

**ENCERRAMENTO:** - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião pelas treze horas e trinta minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente acta que eu, Director do Departamento de Concursos e Notariado, na qualidade de Secretário, a redigi e subscrevo.-----

-----  
-----

NOTA: Acta publicada nos locais de estilo, através do Edital nº 450/08